

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.295 - SC (2019/0302396-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
THIAGO YUKIO GUENKA CAMPOS - SC036306
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : ANDERSON GABRIEL PEREIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido de liminar, impetrado em benefício de ANDERSON GABRIEL PEREIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina no julgamento do HC n. 4022599-55.2019.8.24.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 25/06/2019 por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que concedeu a ordem parcialmente em acórdão assim ementado (fl. 159):

"HABEAS CORPUS". PACIENTE DENUNCIADO PELA PRÁTICA, EM TESE, DOS DELITOS DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O MESMO FIM (ARTS. 33, "CAPUT", E 35, "CAPUT", AMBOS DA LEI N. 11.343/06). CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA. ELEMENTOS CONCRETOS INSUFICIENTES À DECRETAÇÃO E MANUTENÇÃO DA CONSTRIÇÃO. QUANTIDADE DE ENTORPECENTES APREENDIDOS QUE NÃO SE MOSTRA EXPRESSIVA. PACIENTE PRIMÁRIO E SEM ANTECEDENTES CRIMINAIS. SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA PELA APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES QUE, NA HIPÓTESE, MOSTRA-SE SUFICIENTE À GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, EM ATENÇÃO ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO FATO E ÀS CONDIÇÕES PESSOAIS DO PACIENTE (ART. 282, II, DO CPP). ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA.

No presente *writ*, o impetrante sustenta a nulidade das medidas cautelares impostas, em razão da ausência de fundamentação idônea que as justificassem.

Superior Tribunal de Justiça

Aduz que "especificamente em relação às gravosas medidas cautelares de recolhimento domiciliar e monitoração eletrônica, não houve fundamentação quanto à sua pertinência com o crime imputado ao PACIENTE tampouco acerca de sua necessidade para o fim acautelatório, o que evidentemente viola os incs. I e II do art. 282 do CPP" (fl. 11).

Afirma, subsidiariamente, que as medidas cautelares de recolhimento domiciliar noturno e monitoração eletrônica são desproporcionais e inadequadas

Pugna, assim, em liminar, pela suspensão das medidas cautelares impostas e, no mérito, pela declaração de nulidade do acórdão que decretou a aplicação das medidas cautelares.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intime-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

